

A CIDADE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XIX.

FISIONOMIA DA CIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Nem condições geográficas, nem as circunstâncias históricas concorreram para o crescimento da cidade de São Paulo, nas três centúrias iniciais de sua existência. Por isso mesmo, na primeira metade do século XIX, a capital paulista pouco diferia da vila e cidade dos tempos coloniais.

Para êsse período do oitocentismo, existem algumas fontes seguras de muito interêsse para o estudo da evolução urbana de São Paulo: como documentos cartográficos, as duas plantas mais antigas da cidade que se conhece, devidas a Rufino Felizardo e Costa e ao engenheiro C. A. Bresser (1); no que se refere à população e à vida econômica, o admirável recenseamento de Daniel Pedro Müller (2); e, finalmente, no concernente à fisionomia urbana, as impressões e depoimentos, de valor nem sempre igual, dos viajantes estrangeiros que visitaram a cidade: John Mawe (1809-1810), Spix e Martius (1818), Luís d'Alincourt (1818), Augusto de Saint-Hilaire (1819 e 1822), Hércules Florence (1825) e Daniel P. Kidder (1836-1837). Isto, sem falar, na contribuição dos pesquisadores, entre os quais merece uma referência especial Ernani Silva Bruno. Com a ajuda desses preciosos elementos, tentaremos, de início, reconstituir a fisionomia da Paulicéia de então.

Tal como nos tempos coloniais, a área ocupada pela cidade limitava-se à colina que se alteia entre os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí. Eram os seguintes os pontos extremos do modestíssimo aglomerado urbano: a *Pontê do Fonseca*, sôbre o rio Tamanduateí, onde hoje termina a rua Tabatinguera; a *Ponte de Miguel Carlos*, sôbre o Anhangabaú, bem perto de sua confluência no Tamanduateí; o *Largo da Fôrca*, hoje Praça da Liberdade, de onde

-
- (1). — *Planta da Imperial Cidade de São Paulo*, levantada em 1810 pelo capitão de engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa, e copiada em 1841 com tôças as alterações (Sem indicação de escala). — *Mapa da Cidade de São Paulo e seus subúrbios* (1843?), feito por ordem do Exmo. Sr. Presidente, o Marechal de Campo Manuel da Fonseca Lima e Silva, pelo Engenheiro Civil C. A. Bresser (Escala de 3.000 palmos).
 - (2). — Müller (Daniel Pedro), *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, Tip. Costa Silveira, São Paulo, 1838, cf. reedição literal impressa na Secção de obras de "O Estado de São Paulo", 1923.

partia o “Caminho do Mar” (Estrada do Vergueiro), com destino à baixada de Santos; a *Estrada do Mata-Fome*, que se iniciava no antigo Piques, hoje praça da Bandeira; e, finalmente, no rumo de Oeste, a *Ponte do Acú*, sôbre o córrego do mesmo nome, onde hoje se inicia a Avenida de São João. Para os lados da Luz (então chamada Guaré), aparecia o “Jardim Botânico”, em construção, a Casa de Correição e, já fora do perímetro urbano, o Convento da Luz.

Nessa área restrita, o traçado das vias públicas era praticamente o mesmo de hoje, não sendo difícil reconstituí-lo, apesar das grandes realizações urbanísticas levadas a efeito nos últimos anos. No que se refere ao aspecto das ruas, os depoimentos dos viajantes servem para que delas possamos fazer idéia: eram “extraordinariamente limpas” (3), “calçadas, espaçosas e boas” (4), “largas, bastante retas”, permitindo que os veículos por elas circulassem livremente (5), e “não feitas” (6).

As casas dessa Paulicéia antiga não seriam mais do que umas 4.200 (7), predominando ainda as construções de taipa. A êste propósito, escreveu Saint-Hilaire:

“As casas, construídas de taipa muito sólida, são todas brancas e cobertas de telhas côncavas; nenhuma delas apresenta grandeza e magnificência, mas há um grande número que, além do andar térreo, tem um segundo andar e fazem-se notar por um aspecto de alegria e de limpeza. Os telhados não avançam desmesuradamente além das casas, mas têm bastante extensão para dar sombra e garantir as paredes contra as chuvas. As janelas não se fecham umas contra as outras, como é comum no Rio de Janeiro. As das casas de um andar possuem quase todas vidraças e são guarnecidas de balcões e postigos pintados de verde. As outras casas têm venezianas, que se erguem de baixo para cima, formadas de travessas de madeira cruzada obliquamente” (8).

Tanto John Mawe como Daniel Kidder (9) preocuparam-se em fornecer detalhes a respeito do processo de construção das ca-

- (3). — Mawe (John), *Viagens ao Interior do Brasil*, pág. 77, tradução brasileira de Solena Benevides Viana, ed. Zélio Valverde, Rio, 1944.
- (4). — D'Alincourt (Luís), *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*, pág. 35, vol. VIII da “Biblioteca Histórica Paulista”, Livraria Martins, São Paulo, 1953.
- (5). — Saint-Hilaire (Auguste de), *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 173, tradução brasileira de Rubens Borba de Moraes, vol. II da “Biblioteca Histórica Brasileira”, Livraria Martins, São Paulo, 1940.
- (6). — Florence (Hércules), *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829)*, pág. 6, tradução brasileira do Visconde de Taunay, Ed. Melhoramentos, São Paulo.
- (7). — As cifras variam pouco, conforme os autores consultados: 4.020 (Aires de Casal, *Corografia Brasileira*), 4.142 (Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*) e 4.168 (Daniel P. Müller, *Quadro Estatístico*).
- (8). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 174.
- (9). — Kidder (Daniel P.), *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil*, vol. I, págs. 188-189, tradução brasileira de Moacir N. Vasconcelos, vol. III da “Biblioteca Histórica Brasileira”, Livraria Martins, São Paulo, 1940.

casas de taipa; salientando sua durabilidade, escreveu o primeiro dês-
sas viajantes:

“...vi casas assim construídas que resistiram duzen-
tos anos e a maioria tem várias histórias” (10).

As habitações paulistanas, de taipa como de pedra, eram sem-
pre revestidas e caiadas, contrastando admiravelmente a brancura
dos prédios com o vermelho dos telhados; além do branco, dava-se
preferência ao amarelo palha e ao rosa pálido, o que assegurava às
casas um aspecto externo alegre e asseado (11).

Quanto ao interior das habitações, Kidder deixou-nos valiosas
informações:

“Varia muito a divisão das casas; quase tôdas, po-
rém, são construídas de forma a deixar uma área inter-
na que serve para arejar os dormitórios, sistema êsse tan-
to mais indispensável quanto é hábito generalizado man-
terem fechadas, com pesadas fôlhas, as janelas que dão
para a rua. Nas cidades, o andar inferior raramente é
ocupado para moradia; serve às vêzes para casas de co-
mércio, outras vêzes para cocheira ou estábulo. As de-
pendências mais comuns, em cima, são: a sala de visitas
e a de jantar, entre as quais existem, invariavelmente,
alcovas que servem de dormitórios. A mobília da sala de
visitas varia de conformidade com o maior ou menor lu-
xo da casa, mas o que se encontra em tôdas elas é um so-
fá, com assento de palhinha, e três ou quatro cadeiras
dispostas em alas rigorosamente paralelas que, partindo
de cada extremidade da primeira peça, projetam-se em
direção ao meio da sala” (12).

Por sua vez, Saint-Hilaire observou que, na maioria, as ha-
bitações eram mobiliadas com gôsto e tinham paredes pintadas
com côres muito claras, vendo-se, nas mais antigas, desenhos e
grandes arabescos, ao passo que, nas mais novas, predominavam
paredes de uma só côr, apenas guarnecidas com barras e rodapés
(13).

As principais *edificações* da cidade estavam perfeitamente
de acôrdo com a modéstia dêsse aglomerado oitocentista, não se
destacando nem pelo número e, muito menos, pela riqueza e es-
tilo arquitetônico. Além dos dois mais importantes edificios pú-
blicos — o Palácio do Govêrno e a Câmara Municipal, sobres-
saíam-se alguns conventos e numerosas igrejas, nenhum dêles,
porém, lembrando nem de longe o período áureo do Bandeirismo.

(10). — Mawe (John), obra cit., pág. 78.

(11). — Cf. Kidder (Daniel P.), obra cit., pág. 189.

(12). — Kidder (Daniel P.), obra cit., págs. 189-191.

(13). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 175.

O *Palácio do Governo*, antigo Convento dos Jesuítas, erguia-se ao lado do Colégio histórico; guardava, ainda, a aparência de mosteiro, sendo espaçoso e constituído por dois corpos, de um só andar, disparatado em seu aspecto arquitetônico (14) e insignificante como edifício (15). A *Câmara Municipal*, situada na atual praça João Mendes, era “uma linda construção, de um andar, decorada com uma frontaria”, com 9 janelas de frente, tendo no rez do chão a Cadeia (16), a qual, embora vasta, apresentava-se tão mal construída e tão pouco sólida, que não raro dela fugiam os presos. . . (17). Os principais conventos eram os de São Francisco, de São Bento, do Carmo e da Luz. Quanto às igrejas, além das pertencentes aos citados conventos, merecem ser referidas as da Sé, do Colégio, da Misericórdia, dos Remédios, do Rosário e de Santa Ifigênia, esta última “situada no subúrbio do mesmo nome, que se estende à margem esquerda do Hinhangabahú” (18). Cumpre lembrar que, a par das sedes paroquiais, existiam em São Paulo diversas capelas (19), uma das quais, a “ermida de Nossa Senhora da Consolação”, erguia-se no ponto em que, em 1818, terminava a cidade e principiava a estrada no rumo de Itú e Sorocaba (20).

As praças públicas eram tôdas acanhadas e irregulares (21), destacando-se apenas as do Palácio (Pátio do Colégio), da Sé e da Câmara Municipal. A atual Praça da República era um logradouro semi-abandonado — o chamado “Largo dos Curros”; em idénticas condições, apresentava-se o chamado Jardim Botânico, germe do atual Jardim da Luz.

“A pouca distância da cidade — informa Saint-Hilaire — existe uma praça espaçosa, denominada do *Corro*, cujo nome, que significa a arena em que se realizam *touradas*, indica o fim a que a mesma se destina. Essa praça é circundada por aléias de cedros, espécies de árvores que vegetam com grande rapidez, produzindo muita sombra; e para dentro dessa arborização é cercada de muros” (22).

Segundo o mesmo e já tantas vêzes citado naturalista francês, a cidade ressentia-se da falta de um passeio público e a administração provincial havia compreendido que semelhante melhoramento era

(14). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 176.

(15). — Florence (Hércules), obra cit., pág. 6.

(16). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 175.

(17). — Florence (Hércules), obra cit., pág. 6.

(18). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 175.

(19). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 175.

(20). — D'Alincourt (Luís), obra cit., pág. 43.

(21). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 174.

(22). — Saint-Hilaire, (Auguste de), obra cit., pág. 174.

“indispensável aos habitantes da cidade, para que os mesmos possam, por vêzes, respirar um ar mais puro do que o de seus mercados e suas ruas, entregar-se a diversões salutarés, e para que não percam completamente o gôsto pelos prazeres puros” (23).

Assim nasceu, em 1825, embora planejado desde a segunda metade do século XVIII, o *Jardim Botânico*, que se transformou no atual Jardim da Luz e que mereceu palavras elogiosas de Kidder, como do próprio presidente da Província, em 1844.

“Seu plano geral é de muito gôsto — informa aquêl pastor norte-americano —, dispondo de alamedas curvilíneas arborizadas e um esplêndido lago artificial de água límpida” (24). “Desenhado sôbre um terreno vasto e perfeitamente unido, ornado com deliciosas aléias de árvores frutíferas, cheio de grande quantidade de outras árvores, tanto exóticas quanto indígenas, e de grande variedade de arbustos e de flores, o Jardim Público oferece aos habitantes de nossa capital um lugar de descanso, onde os mesmos se acostumam a sentir todo o valor das belezas da natureza”

— afirmava, em discurso, o presidente Manuel Felizardo de Souza e Melo (25).

A POPULAÇÃO E A EXPANSÃO DA CIDADE.

Quantos habitantes viveriam nessa pacata capital de província, até os meados do século XIX? Não constitui tarefa fácil dar resposta a esta pergunta, porque os únicos dados mais seguros referem-se ao ano de 1836, quando o marechal Daniel Pedro Müller fêz o recenseamento da Província; no mais, só dispomos de estimativas, que muitas vêzes se contradizem.

Mawe, na primeira década do século, calculava entre 15 e 20.000 habitantes a população do município (26). A *Paulópolis*, “a cidade medíocre” a que se refere Aires de Casal, teria 23.760 habitantes, “dos quais metade é gente branca” (27). Spix e Martius estimaram em 30.000 almas sua população (28). Saint-Hilaire afirma que, em 1822, teriam a cidade e seu distrito 25.682 habitan-

(23). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., págs. 178-179.

(24). — Kidder (Daniel P.), obra cit., pág. 191.

(25). — Cf. Saint-Hilaire, obra cit., pág. 179.

(26). — Mawe (John), obra cit., pág. 78.

(27). — Casal (Pe. Manuel Aires de), *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, tomo I, pág. 163, Ed. Cultura, São Paulo, 1948.

(28). — Spix (J. B. von) e Martius (C. F. P. von), *Viagem pelo Brasil*, tomo I, pág. 208, tradução brasileira de Lúcia Furquim de Lahmeyer, Imprensa Nacional, Rio, 1938.

tes (29). Hércules Florence, visitando São Paulo três anos depois, deu-lhe apenas 12.000 (30), referindo-se, certamente, apenas ao núcleo urbano. Escrevendo em Portugal, no terceiro decênio do século, D. José de Urcullu informava que a população da cidade seria de uns 16 ou 18.000 habitantes (31).

O marechal Müllér, no seu notável recenseamento (32), levado a efeito em 1836, registrou a presença de 4.068 “fogos”, compreendendo um total de 21.933 habitantes, assim discriminados:

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Branços	4.715	5.233
Índios	205	240
Pardos	2.813	3.534
Pretos crioulos	1.520	1.632
Pretos africanos	1.209	832

No entanto, cumpre observar, das 10 freguesias que constituíam o termo da cidade apenas três correspondiam ao *centro urbano*: Sé, Santa Ifigênia e Brás, englobando um total de apenas 9.391 habitantes, o que significa bem menos da metade da população recenseada. A maior parte da gente paulistana espalhava-se pelas demais freguesias, que seriam os *subúrbios* da Paulicéia de então: Guarulhos, Nossa Senhora do O', Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juquerí e Mboy (Embú).

Por conseguinte, não chegaria a 10.000 habitantes a população urbana de São Paulo ao findar a terceira década do século XIX, encontrando-se assim distribuída:

Sé	5.668
Santa Ifigênia	3.064
Brás	659

Todavia, o próprio marechal Daniel P. Müllér, demonstrando a honestidade de seus propósitos, logo de início adverte o leitor “que não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação à verdade” (33).

Infelizmente, não conseguimos obter dados precisos a respeito do *elemento estrangeiro* que viveria na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XIX. O marechal Müllér, em geral

(29). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 170.

(30). — Florence (Hércules), *obra cit.*, pág. 6.

(31). — Urcullu, D. José de), *Tratado Elementar de Geografia Astronômica, Física, História ou Política, Antiga e Moderna*, tomo III, pág. 345, Tip. Commercial Portuense, Pôrto, 1839.

(32). — Müllér (Daniel P.), *obra cit.*, págs. 137, 148-151, 169-173 e 185-187.

(33). — Müllér (Daniel P.), *obra cit.*, “Advertência”.

tão minucioso, não cogitou dêsse aspecto; apenas, através do relato de alguns dos viajantes, podemos dispor de vagas informações, que nos servem para indicar ser diminuto o número de europeus, afora os portugueses, na capital paulista.

John Mawe relata que sua presença

“excitou de maneira indescritível a curiosidade do povo, que parecia nunca ter visto ingleses, até então; as próprias crianças demonstravam o seu espanto, algumas fugindo, outras contando os nossos dedos, constatando, admiradas, termos o mesmo número que elas”;

e informa que muitas pessoas convidaram-no para ir às suas casas, congregando os amigos para que o fôsem ver, e outros ficaram a observar como êle comia e bebia... (34). Isto se passou na primeira década do século XIX e, descontado um provável exagêro da parte do narrador ou mesmo um êrro de interpretação daquelas manifestações, o fato parece indicar ser bastante rara a presença de estrangeiros na cidade.

Nos anos que se seguiram, a situação alterou-se bastante, se bem que tudo esteja a indicar haver sido sempre muito escasso o número de alienígenas, fixados na cidade. Saint-Hilaire faz referências a estrangeiros ali residentes e êle próprio esteve por algum tempo hospedado na

“casa de um suiço chamado Grellet, que vendia mercadorias francesas por conta de uma casa estabelecida no Rio de Janeiro”, homem “bondoso e delicado, que tinha conseguido fazer-se querido dos habitantes de São Paulo” (35).

Por sua vez, Hércules Florence, nos quatro dias passados na cidades, só conseguiu entrar em contacto com dois estrangeiros:

“um francês, negociante varejista, e outro prussiano, que viera para o Brasil com o rei D. João VI” (36).

Foi sòmente nas vizinhanças da metade do século XIX que o número de estrangeiros começou a avolumar-se: eram franceses, ingleses, alemães, que se dedicavam aos mais variados misteres e abriram, em São Paulo, os primeiros hotéis, as primeiras lojas de artigos de luxo ou de modas, as primeiras serrarias.

Convém não esquecer que, pouco antes de 1830, registrou-se uma tentativa de *colonização alemã* em Santo Amaro, fadada ao fracasso, como outras do mesmo tipo, em virtude da inexistência

(34). — Mawe (John), *obra cit.*, pág. 90.

(35). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, págs. 165 e 166.

(36). — Florence (Hércules), *obra cit.*, pág. 7.

de uma política colonizadora bem orientada e da má escôlha do elemento colonizador. O marechal Müller anotou a presença de 157 colonos alemães nessa localidade, que se desmembrara da capital em 1832.

Percebe-se, por tudo isso, que o São Paulo dessa primeira metade do século XIX era uma pequena cidade, cuja *população branca* via-se constituída por uma esmagadora maioria de portugueses ou seus descendentes. No entanto, de acôrdo com o censo do marechal Müller, tal como nos tempos coloniais, continuavam a predominar os *elementos de côr*: para o total já mencionado de 9.391 habitantes, concentrados na área urbana, nada menos de 5.220 foram recenseados como pardos, pretos, e índios com uma sensível maioria de pretos.

Assim se distribuía a população, segundo a côr, nas três freguesias urbanas (37):

	<i>Branços</i>	<i>Pardos</i>	<i>Pretos</i>	<i>Índios</i>
Sé	2.557	1.085	1.935	1
Santa Ifigênia ..	1.196	1.067	739	62
Brás	328	175	156	—
Totais:	4.081	2.327	2.830	63

E' provável que, no total de pardos, ainda figurasse um elevado número de *mamelucos* ou *caboclos*, resultantes do cruzamento luso-ameríndio, embora não tenhamos dados concretos para comprovar esta assertiva. Também não encontramos elementos para avaliar qual seria, nessa época, a importância da língua tupi no linguajar da população paulistana, a qual teria sido falada, até o começo do século XVIII, na proporção de três para um em relação ao português, sendo que em São Paulo, "onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda", de acôrdo com o ensinamento de Teodoro Sampaio (38). Entretanto, se se cogitar da instalação do curso jurídico na cidade de São Paulo, os que combateram a escôlha da capital paulista fizeram referências desabonadoras ao "dialeto de São Paulo", procurando demonstrar que "a mocidade do Brasil fazendo aí os seus estudos, contrairia pronúncia mui desagradável" (39), o que nos leva a supor que, pelo menos, a influência cabocla ainda se fazia sentir no linguajar da gente paulistana.

(37). — Müller (Daniel P.), *obra cit.*, págs. 169-170.

(38). — Sampaio (Teodoro), *O Tupi na Geografia Nacional*, pág. 3. 3a. edição, Seção Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 1928.

(39). — Discurso de Silva Lisboa, na sessão de 28 de agosto de 1823, em *Anais do Parlamento Brasileiro — Assembléa Constituinte* (1823), tomo IV, pág. 178, Tip. H. J. Pinto, Rio, 1870.

Através do depoimento dos viajantes, pode-se ter uma idéia de algumas *características* dessa população: sua psicologia, seus costumes, sua educação e cultura, sua moral, seus alimentos usuais, as moléstias mais freqüentes — um verdadeiro “retrato” do paulistano da época, pelo menos de acôrdo com a opinião dêsses observadores sagazes e cultos. Particularmente John Mawe e Saint-Hilaire notabilizaram-se pela abundância dos informes, neste particular.

O ser paulista era considerado, principalmente pelas mulheres, uma grande honra, “pois os paulistas são decantados em todo o Brasil pelos seus atrativos e dignidade de caráter”, além de “sua probidade, indústria e afabilidade de maneiras” (40). Eram “trabalhadores, espirituosos, robustos, afáveis, generosos e bastante polidos”, sendo “dotados de talentos próprios para grandes coisas” (41); os habitantes da cidade, como em geral os de tôda a Província, eram “tidos entre os brasileiros por valentes e rancorosos”, caracterizando-se por serem “hospitaleiros, francos e amigos dos estrangeiros” (42).

Tanto os homens como as mulheres tinham, em suas casas, um lugar predileto: eram as sacadas, de onde podiam “gozar do frescor da manhã e da noite ou assistir à passagem de procissões ou ainda qualquer ocorrência” que despertasse a atenção (43). Referindo-se às mulheres da Paulicéia, Kidder timbrou em observar:

“Devemos deixar aqui consignado o fato de não terem rivais no Império as paulistanas, quanto à beleza e aos dotes que as exornam, constituindo motivo de orgulho a pureza e a nobreza de sua linhagem” (44).

As senhoras, principalmente quando iam à igreja, vestiam-se de sêda preta, com um longo chale da mesma fazenda; no inverno, usavam casemira preta ou lã. Nos bailes e outras festas públicas, já apareciam metidas “em elegantes vestidos brancos, com uma profusão de colares de ouro no pescoço, o cabelo graciosamente penteado, prêso com travessas”. Por sua vez, os homens, principalmente os de alta categoria, vestiam-se muito bem (45). Costume generalizado para os dois sexos consistia no uso de capotes de lã, de grandes golas, que encobriam a metade do rosto (46).

O divertimento favorito das mulheres, “extremamente abstmias à mesa”, era a dansa, em que revelavam variedade e graça: sua conversa, sempre animada, parecia “ter qualquer coisa de mu-

(40). — Mawe (John), *obra cit.*, págs. 90-91 e 95.

(41). — D'Alincourt (Luis), *obra cit.*, pág. 35.

(42). — Florence (Hércules), *obra cit.*, pág. 6.

(43). — Kidder (Daniel P.), *obra cit.*, pág. 189.

(44). — Kidder (Daniel P.), *obra cit.*, pág. 193.

(45). — Mawe (John), *obra cit.*, págs. 90-91.

(46). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 187.

sical”, embora a educação por elas recebida se limitasse a conhecimentos superficiais; muito pouco se ocupavam com assuntos domésticos, deixados a cargo dos empregados (47) e, quando ricas, passavam o dia entregues ao bordado ou à confecção de flores, não costumando aparecer às pessoas estranhas (48). Os homens eram de fino trato, estendendo-se a polidez dos paulistas até às classes inferiores (49); “muito delicados e atenciosos, procurando sempre agradar”, eram loquazes e propensos à jovialidade (50). Notava-se na cidade de São Paulo “mais cultura do que na capital de Minas Gerais”, porque, havia tempo, a civilização fôra “continuadamente mantida pelos europeus” (51).

Quer em São Paulo, quer nos outros lugares visitados por Mawe, não presenciou êle nenhuma leviandade da parte das mulheres brasileiras, ao contrário do que outros haviam afirmado (52). Todavia, Saint-Hilaire impressionou-se com o número de prostitutas, que “eram mulheres dessa baixa espécie”, que “caminhavam devagar ou esperavam os fregueses nas esquinas”, embora nunca abordassem ou injuriassem os homens, guardando “uma espécie de pudor exterior”; ao contrário do “cínico despudor que, na mesma época, era tão freqüentemente revelado pelas prostitutas parisienses de baixa classe” (53).

O paulistano dessa época era extremamente sóbrio, bebia muito pouco vinho e contentava-se com mesa simples, embora agradável: Como alimentos preferidos apareciam o feijão com farinha de mandioca, carne de porco, galinha e verduras. Comia-se pouco pão, embora fôsse de boa qualidade, e raramente a manteiga, salvo no café da manhã e no chá da noite. Por ocasião das grandes festas, era costume servir de 30 a 50 pratos diferentes, que se distribuíam em mesas suntuosamente ornamentadas (54).

Essa população, ao tempo em que Saint-Hilaire a conheceu, não aparentava gozar de boa saúde; pelo contrário, tinha a pele amarelada, um ar doentio, sofrendo com freqüência de moléstias da pele e apresentando índices elevados de moléstias venéreas (55).

Na pequenez de sua cifra e com as características que acabamos de assinalar, a população da cidade começou a expandir-se para além dos limites do burgo colonial. O primeiro indício dessa expansão vamos encontrar no aparecimento do núcleo de *Santa Ifigênia*, mero subúrbio ao tempo de Saint-Hilaire, mas freguesia já

(47). — Mawe (John), *obra cit.*, pág. 91.

(48). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, págs. 187 e 186.

(49). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 186.

(50). — Mawe (John), *obra cit.*, pág. 91.

(51). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 188.

(52). — Mawe (John), *obra cit.*, pág. 92.

(53). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 187.

(54). — Cf. Florence (Hércules), *obra cit.*, pág. 6; e Mawe (John), *obra cit.*, pág. 92.

(55). — Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 184.

bastante povoada por ocasião do recenseamento do marechal Müller (3.000 habitantes); surgira numa das saídas da cidade — a que levava a Jundiaí e a Campinas, e fôra favorecida pela topografia do trecho correspondente à margem esquerda do Anhangabaú. No caminho da Penha, com rumo para o Rio de Janeiro, outra freguesia começava a se formar, na terceira década do século: o Brás, então com pouco mais de meio milhão de habitantes. Todavia, longe ainda estava a cidade de sentir a força expansora que a viria sacudir, na segunda metade do oitocentismo.

A ECONOMIA URBANA E RURAL.

A exemplo do que já vinha acontecendo desde o século XVIII, a principal função econômica da cidade era a *função comercial*, que se concentrava particularmente em duas ruas do velho núcleo: a rua da Quitanda e a rua das Casinhas (hoje rua do Tesouro). Seus nomes eram bastantes significativos, pois na primeira eram vendidos os legumes, as frutas e as mercadorias de consumo imediato, ao passo que, na segunda, alinhavam-se as “vendas” em pequenas casas isoladas, fornecendo farinha, toucinho, arroz, milho, carne seca, etc.

“Não há em São Paulo — escreveu Saint-Hilaire — rua mais freqüentada do que a das Casinhas. A gente do campo ali vende suas mercadorias aos comerciantes, em cujas mãos os consumidores vão adquiri-las. Durante o dia, nota-se ali acúmulo de negros, de roceiros, de muarres, de arrieiros; de noite a cena é outra: os animais de carga e os compradores cedem lugar a verdadeiras nuvens de prostitutas de baixa classe, atraídas pelos *camaradas* (servidores livres) e pelos roceiros, que elas tentam pescar em suas rêdes” (56).

São Paulo era uma espécie de entreposto comercial, que mantinha contacto permanente com o pôrto de Santos e com a zona agrícola do interior, onde prosperava a lavoura canavieira e tinha início a expansão do café, no vale do Paraíba. Tais fatores, embora modestos em suas proporções, bastavam para ocasionar uma certa animação à vida comercial da cidade.

Por ocasião do censo do marechal Müller, o têrmo ou município de São Paulo, com suas 10 freguesias e abrangendo uma vasta área territorial, ocupava posição de destaque dentro da Província (que, então, ainda incluía o atual Paraná), como *centro econômico*. Na verdade, ocupava o primeiro lugar na produção de chá e de telhas, o segundo em gado cavalari (apenas suplantado pela de Cas-

(56). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 181.

tro, no Paraná de hoje), o terceiro em gado muar e na produção de farinha de mandioca, o quinto em gado lanígero e na produção de aguardente, o sexto na produção de algodão em rama e o oitavo em gado bovino (57).

Com evidente exagêro, já havia escrito D'Alincourt:

"...o terreno fertilíssimo, produz em grande cópia as canas de açúcar; é muito próprio, em diversos lugares, para plantação do trigo; abunda em milho e tôda a qualidade de legumes; muitas frutas da Europa, e outras diversas e preciosas produções. O açúcar forma o principal ramo de exportação; e, além de todos os mais gêneros que mencionei tratando do comércio de Santos, não se deve omitir a extração das bestas muares para muitas Províncias, o que faz um ramo assaz lucroso; assim como o gado que sai para a Côrte. E' a cidade cercada de quintas ou chácaras, que embelezam os seus subúrbios" (58).

A *cultura do chá* constituía, sem nenhuma dúvida, uma das riquezas do município, merecendo por isso mesmo a atenção de quase todos os viajantes que passaram por São Paulo, na primeira metade do século XIX. Seu núcleo original se localizou à margem esquerda do Anhangabaú, mais precisamente no lugar posteriormente denominado Morro do Chá, mais tarde propriedade do Barão de Itapetininga; trata-se da área limitada pelas atuais ruas Xavier de Toledo e Sete de Abril, Praça da República e avenida São João, cuja chácara foi arruada na segunda metade do oitocentismo. O nome do Viaduto do Chá recorda essa velha chácara paulistana e, por sua vez, a importante cultura do município.

O iniciador dessa cultura foi o Tenente-General Arouche Rendon, figura de projeção na vida paulistana, em tal época. Outras áreas também foram produtoras de chá, em terras paulistanas, bastando citar a propriedade do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso (cujo nome permaneceu no atual Bairro do Anastácio), situada no caminho de Jundiá e que foi visitada por Kidder (59).

A produção paulistana, em 1836, teria atingido o valor de pouco mais de 100 contos de réis, cifra bastante pequena se acentuarmos que o total da Província foi de quase 4.767 contos e que nada menos de 14 distritos ultrapassavam o da capital. Provinha de suas 27 fazendas, das quais 24 de criação e 3 de café, e de pequenos engenhos de aguardente (60).

Por essa época, Campinas (então, São Carlos), e Mogi-Mirim apareciam como sendo os mais ricos distritos da Província, com

(57). — Müller (Daniel P.), *obra cit.*, pág. 125.

(58). — D'Alincourt (Luís), *obra cit.*, pág. 34.

(59). — Kidder (Daniel P.), *obra cit.*, págs. 207-209.

(60). — Müller (Daniel P.), *obra cit.*, págs. 124-129 e 130.

uma produção de 308 contos, cada. Seguiam-se-lhes, em ordem decrescente: Jacareí, Bananal, Castro, Pindamonhangaba, Itú, Lorena, Curitiba, Bragança, Jundiá, Capivari, Franca e Guaratinguetá, todos com produção superior à do distrito da cidade de São Paulo.

Naturalmente, as *indústrias* paulistanas eram modestíssimas e não se poderia nem sequer imaginar o surto industrial da cidade, obra principalmente do século XX. John Mawe refere-se a uma pequena indústria de fiação de algodão e de lã, manufaturada a mão e de evidente caráter doméstico, como também a uma cerâmica rústica, a que se dedicavam índios “creoulos”, nos arredores da cidade (61). Mas, consultando-se a obra de Daniel Müller, na parte referente às profissões, constata-se a existência de uma ativa pequena indústria, indispensável para atender às necessidades da cidade e de sua população; pelo número de profissionais, destacavam-se notadamente: carpintarias, sapatarias, oficinas de ferreiro, alfaiatarias, olarias, ourivesarias, marcenarias, selarias, etc.

No termo da Cidade, foram os seguintes os profissionais recensados: carpinteiros — 77; sapateiros — 69; ferreiros — 54; alfaiates — 49; oleiros — 38; ourives — 30; marceneiros — 28; seleiros — 13; lateiros — 7; padeiros — 7; violeiros — 6; entalhadores — 3; tecelões — 3; tanoeiros, serradores, fogueteiros, caldeiros, chapeleiros e sirgueiros — 2, cada; e relojoeiro — 1.

Ao lado desses apareciam os que se dedicavam a outras profissões: músicos — 21; pintores — 10; boticários — 7; pedreiros — 7; e barbeiros — 6 (62).

A ACADEMIA DE DIREITO E SEU PAPEL NA VIDA URBANA

Inegavelmente o acontecimento mais importante para a vida da cidade de São Paulo, em toda a primeira metade do século XIX, foi a instalação de sua *Academia de Direito*, criada pela lei de 11 de agosto de 1827 e posta a funcionar a partir de março de 1828.

A importância cultural, social e também política desse fato já foi devidamente salientada em obras bem conhecidas, cujos autores, se não esgotaram o assunto, pelo menos souberam realçar o papel de alto relêvo representado pelas venerandas Arcadas do Largo de São Francisco na vida política e cultural do Brasil (63).

Aureliano Leite considerou a Faculdade de Direito de São Paulo “o maior laboratório de homens públicos do Brasil” (64).

(61). — Mawe (John), *obra cit.*, pág. 79.

(62). — Müller (Daniel P.), *obra cit.*, pág. 242.

(63). — Consulte-se, sobre o assunto: Nogueira (Almeida), *Tradições e Reminiscências da Academia de São Paulo*, 9 vols. São Paulo, 1907-1912; Vampré (Spencer), *Memórias da Academia de São Paulo*, 2 vols., Livraria Saraiva, São Paulo, 1924; Bruno (Ernani Silva), *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. II, Livraria José Olímpio, Rio, 1953.

(64). — Leite (Aureliano), *Retratos a pena*, 2 vols., São Paulo, 1929-1931.

E Gilberto Freyre, muito recentemente, escreveu estas frases sugestivas:

“Prepararam-se ali bacharéis, magistrados, homens públicos, publicistas, advogados, burocratas, que concorreram poderosamente para aperfeiçoar, num Brasil ainda informe em sua vitalidade mestiça, aquilo que Croce denominava *civilidade*. Brasileiros de origens diversas tornaram-se, numa modesta São Paulo de sobrados baixos e de casas de rótula — verdadeira Maria Borradeira ao lado do Rio de Janeiro e do Salvador e rivalizada apenas por Olinda em seu recato de burgo acadêmico —, bacharéis em Direito que durante anos foram mais do que técnicos ou peritos em ciências ou artes jurídicas: agentes de civilidade. Essa civilidade aprendida dentro dos muros de uma acanhada e tristonha São Paulo que, entretanto, cêdo — e ainda mais que o Recife, mais intelectualista em seu modo de ser político e mestre de política — começou a ensinar ao brasileiro a ser cidadão em oposição a cortesão. Nunca tendo sido Côrte, nem se esmerado em graças e requintes de sede de governo colonial, nacional ou quase nacional, como o Rio ou Salvador no Brasil, ou como a Lima dos vice-reis, na América Espanhola, São Paulo madrugou na paisagem não só brasileira mas sul-americana, como centro de uma civilidade menos urbana porém mais cívica que a irradiada das cidades-Côrtes” (65).

Graças a essa instituição, transformou-se São Paulo na *cidade acadêmica*, de que falam alguns viajantes do século passado. Como que retornou à sua primitiva função escolar, que lhe foi dada pelos padres da Companhia de Jesús, naquele remoto janeiro de 1554. Relegada a um segundo plano por vicissitudes várias, praticamente desaparecida nos derradeiros tempos da fase colonial, essa *função cultural* passou a marcar fundamentalmente a vida paulistana através do século XIX, exercendo sôbre a cidade uma influência tão poderosa, como jamais outro centro urbano brasileiro recebeu — fôssem totalmente confundidas, a história de uma sendo quase a história da outra.

Da cidade fechada, voltada sôbre si mesma, resultante de seu próprio isolamento no planalto, veio a tornar-se São Paulo, depois da instalação da Academia de Direito, uma cidade procurada por jovens procedentes de todos os recantos do Brasil.

Basta dizer que, dos 1.776 bacharéis formados entre 1831 e 1875, apenas 20% eram nascidos em terras paulistas, 33% eram do Rio de Janeiro, repartindo-se os 47% restantes pelas outras províncias do Império.

(65). — Freyre (Gilberto), Prefácio à obra de Ernani Silva Bruno, cit., vol. I, págs. XIV-XV.

A presença dêsse estabelecimento de ensino superior transformou, desde logo, a fisionomia da Paulicéia, dando uma vida e um alvoroço, que nunca dantes conhecera. E, por isso mesmo, apenas como *cidade acadêmica* foi que São Paulo alcançou a segunda metade do século XIX, época de importância capital para sua evolução urbana.

“A presença física de centenas de jovens do sexo masculino teve repercussões mais imediatas na vida da cidade do que as doutrinas professadas pelos seus mestres. A produção literária e política dos estudantes, começando com o *Amigo das Letras*, em 1830, atingiu proporções surpreendentes. A irregular e ruidosa vida de república provocou um rompimento do austero código do sobrado e da família. Os estudantes introduziram novas modas no vestuário. A caçada, a natação, os “flirts”, as bebidas, as orgias e o hábito de se reunirem para discussão e divertimento levariam a vida para as ruas, ao ar livre, criaram a necessidade de tavernas e de livrarias, e inauguraram o sentimento de comunidade” (66).

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E OS FATÔRES DO CRESCIMENTO DA CIDADE.

Representa para São Paulo a segunda metade do século XIX uma época de profundas transformações, através das quais começou a delinear-se a grande cidade de nossos dias. Se até 1870 continuou a ser uma “cidade acadêmica” ou um “burgo de estudantes”, gravitando sua vida em tórno da Faculdade de Direito, a partir daquela data a capital paulista como que rompeu as barreiras que a cingiam à colina histórica, pôs-se a expandir de maneira sempre crescente e imprevisível, viu alterar-se seu ritmo de vida, passou a conhecer funções novas, modernizou-se, num caminho rápido e seguro para o espetacular crescimento registrado no século atual.

Bem ao contrário do que se passa com a primeira metade do século XIX, nessa fase da evolução de São Paulo são extraordinariamente abundantes as fontes em que nos podemos basear. Numerosas são as plantas da cidade, de enorme interesse para êsse estudo (67). Também pode-se contar com o testemunho de via-

(66). — Morse (Richard M.), *Raízes oitocentistas da Metrópole*, em “Anais do Museu Paulista”, tomo XIV, pág. 462.

(67). — Consulte-se, notadamente: *Planta da Cidade de São Paulo*, levantada pelo engenheiro D. Rath, 1875; *Mapa da Capital da Província de São Paulo* (Seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios, etc.), publicado por Francisco de Albuquerque e Jules Martin, 1877; *Planta da Cidade de São Paulo*, levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos, sendo engenheiro-chefe Henry B. Joyner, na escala de 1:50.000, 1881; *Planta da Cidade de São Paulo*, incluindo a nova zona a conceder-se à intendência Municipal, sem indicação de autor, na escala de 1:20.000, 1890; *Planta da Cidade de São Paulo*, com indicação do eixo dos encanamentos assentados nas ruas e praças para o serviço de iluminação a gás e dos limites da décima urbana, sem indicação de autor, na escala de 1:10.000, 1896; *Planta da Capital de São Paulo*, organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim; Intendente çê Obras, retificada, na escala de 1.20.000, 1897.

jantes estrangeiros, notadamente James C. Fletcher (1855), Roberto Avé-Lallemant (1858), João J. Tschudi (1860), Augusto Emílio Zaluar (1861), Frederico Houssay (1862), William Hadfield (1868 e 1870), Charles d'Ursel (1874), Carl von Koseritz (1883), Alfonso Lomonaco (1885-1887), Alfred Marc (1889) e Max Leclerc (1890). A par disso, cumpre acrescentar: o respositório precioso constituído pelos "Almanaques" da época, particularmente os organizados por Antônio J. Batista de Luné (1873) e Francisco Inácio Xaxier de Assis Moura (1883); os depoimentos de "Junius", Teodoro Sampaio, Alfredo Moreira Pinto e Dona Maria Paes de Barros; as contribuições de historiadores, antigos e modernos, como Azevedo Marques, José Jacinto Ribeiro, Antônio Egídio Martins, Afonso A. de Freitas, Nuto Sant'Anna, Paulo Cursino de Moura, Afonso d'E. Taunay, Ernani Silva Bruno e tantos outros; e, finalmente, os ensinamentos e as interpretações dos geógrafos, de Elisée Reclus a Pierre Monbeig.

Dentre os fatores de importância que podem explicar o crescimento da cidade na segunda metade do século XIX, três aparecem intimamente entrelaçados: a expansão cafeeira, a multiplicação das estradas de ferro e o surto da imigração européia.

Os dois primeiros — o café e as *vias-féreas* — acham-se de tal maneira correlacionados dentro da história econômica de São Paulo, que dificilmente podem ser separados. Todavia, sobre a cidade e sua evolução, exerceram, cada um a seu tempo, influências marcantes e perfeitamente definidas.

Embora a inauguração da primeira estrada de ferro paulista se tenha dado em 1868 — a antiga "Estrada de Ferro Inglesa", que uniu a capital ao porto de Santos — foi somente a partir de 1872, quando os trilhos atingiram as novas áreas cafeeiras da Província (que se haviam deslocado do vale do Paraíba para a região de Campinas), foi só então que a cidade de São Paulo começou a sentir as benéficas conseqüências desse grande empreendimento.

A expansão da rede ferroviária fêz-se sempre paralelamente à expansão do café e os nomes dos grandes fazendeiros do Planalto são os que primeiro aparecem entre os idealizadores e promotores das novas ferrovias.

Daí a fundação da *Companhia Paulista* (1868), que uniu Jundiá a Campinas em 1872 e à qual estão ligados os nomes do Barão de Itapetininga, do Barão de Souza Queiroz, do Barão de Limeira, do Barão de Piracicaba, de Martinho Prado, Gavião Peixoto, Clemente Falcão de Souza Filho; em 1876, seus trilhos alcançaram Rio Claro. Daí, também a organização da *Companhia Ituana* (1870), que uniu Itú a Jundiá em 1873, da *Companhia Sorocabana* (1870), que pôs Sorocaba em contacto com a capital em 1875, e da *Companhia Mogiana* (1872), cujos trilhos, partin-

do de Campinas, atingiram Mogí-Mirim em 1875 e Ribeirão Preto em 1883 (68). Uma seqüência impressionante de datas próximas, que coincide com a marcha do café no rumo das terras roxas de Ribeirão Preto (69).

Por isso mesmo, ao findar o século XIX, pôde São Paulo apresentar índices expressivos de um progresso ininterrupto: 3.375 km. de vias-férreas, mais de meio bilhão de cafeeiros e uma população de quase 2.300.000 habitantes, em todo o Estado (70). E a capital paulista, que apenas contava com 31.000 habitantes em 1872 e ocupava o modesto posto de décima primeira cidade brasileira, passou a ter uma população de quase 240.000, no ano de 1900.

Também estreitamente ligada à expansão do café, a *imigração européia*, principalmente italiana, que se intensificou a partir de 1887, veio dar novas fôrças à economia paulista e, sobretudo, contribuir para acentuar a feição cosmopolita que já vinha caracterizando a cidade de São Paulo, desde meados do século.

“No quinquênio de 1885-1889, São Paulo recebia 168.127 imigrantes. Nos cinco anos seguintes (1890-1894), as entradas eram de 219.790. De 1895 a 1899, as lavouras absorviam 415.296 trabalhadores estrangeiros. Num período de 15 anos, 903.203 imigrantes traziam novo impulso à riqueza paulista. A cultura cafeeira continuava absorvendo, quase totalmente, os elementos recém-chegados e tomando de assalto a atividade do homem de São Paulo” (71).

Desde essa época, o elemento estrangeiro, sobretudo o italiano, começou a aparecer nas mais diferentes atividades — no comércio, na indústria, em funções técnicas especializadas, nas artes, no ensino. Na indústria, principalmente, notável foi a influência desse novo elemento da população urbana, cuja presença se fez sentir sobretudo na última década do século, quando teve lugar o primeiro surto industrial da Paulicéia (72).

Em 1901, existiam na cidade de São Paulo 7.962 operários, dos quais 4.999 eram estrangeiros, em sua grande maioria italianos. O mesmo acontecia em todo o Estado, pois, nessa época, o

(68). — Veja-se Pinto (Adolfo Augusto), *História da Viação Pública de São Paulo*, Tip. e Papelaria de Vanorçen & Cia., São Paulo, 1903.

(69). — Consulte-se Milliet (Sérgio), *Roteiro do Café*, São Paulo, 1938; e Simonsen (Roberto), *Aspectos da História Econômica do Café*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. LXV, São Paulo, 1940.

(70). — Veja-se Matos (Odilon Nogueira de), *A Evolução Ferroviária de São Paulo*, em “Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia”, vol. IV, págs. 556-568.

(71). — Azevedo (Sálvio de Almeida), *Imigração e Colonização no Estado de São Paulo*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. LXXV, pág. 114, São Paulo, 1941.

(72). — Petrone (Pasquale), *As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão*, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 14, pág. 29, São Paulo, julho de 1953.

operariado paulista elevava-se a um número superior a 50.000 “entre homens, mulheres e crianças, quase em sua totalidade italianos” (73).

SÃO PAULO, METRÓPOLE DO CAFÉ.

Sòmente a partir de 1870 conjugaram-se, numa influência única, os fatores que acabamos de referir; por isso mesmo, só depois daquela data, processou-se o ininterrupto desenvolvimento da cidade.

Afonso A. de Freitas, ao elaborar sua excelente *Plan'História da Cidade de São Paulo* (1914), limitou-se a representar a evolução urbana apenas no período de 1800-1874; agiu acertadamente, porque, até aquela data extrema, praticamente era a mesma a planta da cidade, em todo êsse período do século XIX.

Por sua vez, E. Simões de Paula, em estudo publicado em 1936, ao referir-se à presidência João Teodoro (1872-1875), considerou-a uma “segunda fundação de São Paulo”, tais foram as transformações por que passou a cidade (74).

Recentemente, Ernani Silva Bruno, ao dividir em períodos seu notável estudo a respeito da história paulistana, fêz estender até 1872 a fase a que denominou de “Burgo de Estudantes” (1828-1872) e considerou a fase subsequente (1872-1918) como sendo a da “Metrópole do Café” (75). Dentro da mesma ordem de idéias, Pierre Monbeig, ao estudar êsse período, preferiu usar a expressão “A Capital dos Fazendeiros” (76).

Percebe-se, assim, que a década de 1870-1880 constitui indubitavelmente um marco na evolução da capital paulista; e que foi o café, direta ou indiretamente, o grande responsável pela impressionante mutação sofrida pela cidade de São Paulo, a partir dessa época.

Nos primeiros vinte anos da segunda metade do século XIX, a principal função da cidade continuava a ser a *função política e cultural*. A êste propósito, expressivo é o depoimento de James Fletcher, ao escrever:

“Senti um mais profundo respeito por São Paulo, o que por qualquer outra cidade sul-americana que tenha visitado”;

(73). — Cf. Bandeira Júnior (Antônio Francisco), *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, Tip. do “Diário Oficial”, São Paulo, 1901.

(74). — Paula (E. Simões de), *Contribuição monográfica para o estudo da segunda fundação de São Paulo*, São Paulo, 1936.

(75). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vols. II e III.

(76). — Monbeig (Pierre), *La croissance de la ville de São Paulo*, pág. 27, ed. do “Institut et Revue de Géographie Alpine”, Grenoble, 1953; e *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*, em “O Estado de São Paulo”, n.º especial de 25 de janeiro de 1954, transcrito no “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 16, São Paulo, março de 1954.

e esclarece, logo a seguir, que tal sentimento não se originava do tamanho nem do pitoresco da cidade, mas porque notara um ar mais intelectual e menos comercial em seus habitantes, diferente do que vira noutras regiões brasileiras.

“Não se ouvia a palavra dinheiro constantemente soando aos ouvidos, como no Rio de Janeiro”

e nada menos de 500 estudantes cursavam a Academia de Direito,

“cujo aspecto evoca as escolas de direito dinamarquesas, da Universidade de Harvard e dos estudantes de Heidelberg” (77).

Zaluar sentiu bem essa dupla função, quando observou que São Paulo devia ser considerado sob dois pontos de vista diversos: “a capital da província e a Faculdade de Direito, o burguês e o estudante” (78), chegando a afirmar que a presença da Academia era uma das condições da prosperidade urbana, embora exagerasse ao dizer, com ênfase:

“Tirem a academia de São Paulo e êsse grande centro morrerá inanio. Sem lavoura e sem indústria montadas em grande escala, a capital da província, deixando de ser o que é, deixará de existir” (79).

Foi mais além: prognosticou a mudança da capital para a cidade de Santos, depois que se fizesse a ligação ferroviária entre o planalto e o litoral... (80).

A Faculdade de Direito raramente deixa de aparecer com destaque, no relato dos viajantes da época; não apenas Zaluar, mas também Von Tschudi (81) e Von Koseritz (82) dedicaram-lhe páginas muito expressivas.

No entanto, ao visitar a cidade em 1874, o conde Charles D'Ursel já teve outra impressão:

“Saint-Paul est une ville rendue fort animée par son Ecole de droit et son grand commerce de café” (83).

(77). — Kidder (Daniel P.) e Fletcher (James C.), *O Brasil e os Brasileiros*, vol. II, pág. 72, tradução brasileira de Elias Dolianiti, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1914.

(78). — Zaluar (Augusto Emilio), *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, pág. 137, Ed. Cultura, São Paulo, 1943.

(79). — Zaluar (Augusto Emilio), *obra cit.*, pág. 142.

(80). — Zaluar (Augusto Emilio), *obra cit.*, pág. 143.

(81). — Tschudi (J. J. Von), *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, págs. 202-203, vol. V da Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins, São Paulo, 1953, tradução brasileira de Eduardo de Lima Castro.

(82). — Koseritz (Carl von), *Imagens do Brasil*, págs. 263-267, tradução brasileira de Afonso Arinos de Melo Franco, vol. XIII da Biblioteca Histórica Brasileira, Livraria Martins, São Paulo, 1943.

(83). — D'Ursel (Charles), *Sul-Amérique*, pág. 20, Ed. Pion, Paris, 1880.

Transformou-se na *capital dos fazendeiros*, de que nos fala Pierre Monbeig, uma vez que esta nova classe social tinha novas necessidades e mentalidade nova. Não foi mais possível conservar o costume de passar a maior parte do tempo na fazenda e raramente vir à capital. Instaurou-se um regime exatamente inverso:

“Para tratar dos negócios financeiros e comerciais, para administrar as empresas em que aplicavam seus capitais, os chefes do movimento pioneiro eram obrigados a residir mais tempo na cidade, junto das repartições públicas e particulares, em contacto com os organismos políticos; as demoras nos domínios rurais começavam a encurtar: a casa rural perdia em austeridade o que ganhava em elegância para estadas confortáveis; mas, ao mesmo tempo, a casa da cidade passava a ser a residência principal, objeto de todos os cuidados, manifestação exterior da riqueza do seu proprietário. A formação de empresas capitalistas modernas, as necessidades de sua gestão eram incompatíveis com o gênero de vida tradicional. A ruptura do círculo estreito da velha economia paulista, e evolução social que a acompanhou — tais foram os fatores da urbanização da classe dirigente” (84).

Tal alteração, de tão grandes conseqüências para a vida urbana, vê-se plenamente confirmada pelo testemunho de veneranda senhora, paulistana de nascimento e que bem conheceu essa Paulicéia da segunda metade do oitocentismo — Dona Maria Paes de Barros.

“A maioria das famílias abastadas de São Paulo — escreve ela — possuía fazendas no interior. Na lavoura, principalmente na de café, tinham adquirido suas fortunas. Era, portanto, hábito quase geral irem os paulistanos, todos os anos, passar alguns meses em suas terras. Fugiam do áspero e úmido inverno, procurando novos ares, aproveitando ao mesmo tempo a oportunidade para acompanhar a gerência dos administradores, nesse tempo homens rudes e de pouca cultura, que necessitavam de orientação” (85).

Era com alvoroço que os membros da família e os próprios escravos se preparavam para tais viagens, sempre penosas pela falta de conforto dos meios de transporte e pela falta de conservação dos caminhos. E os preparativos constituíam tarefa delicada, pois muita coisa tinha de ser levada: roupas próprias para a vida na roça, certos gêneros alimentícios (açúcar fino, farinha de trigo, manteiga, chá, etc.), uma pequena farmácia (em que não faltavam os medicamentos usuais na época e os clássicos volumes da “Medicina

(84). — Monbeig (Pierre), *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*, loc. cit.

(85). — Barros (Maria Paes de), *No Tempo de Dantes*, pág. 55, Editôra Brasiliense Ltda., São Paulo, 1945.

Popular” de Chernoviz), velas de sêbo, castiçais de latão, esteiras, chapéus de palha, utensílios domésticos... Preparavam-se os cavalos e as bestas de carga, enchiam-se as canastras de couro ornadas de tachas amarelas e lá se ia a pequena expedição rumo ao interior (86).

Cada vez mais estimulada pela riqueza que vinha do interior através de um número sempre crescente de sacas de café, fortalecida pela colaboração eficiente e ativa do braço imigrante (que contrastava tão fortemente com a indolência e a má vontade do braço escravo) e animada pelo entusiasmo contagiante dessa fase inicial de “éra das vias-férreas”, transformou-se São Paulo num importante *centro comercial*. Passou a ser o verdadeiro “fulcro” da vida econômica da província, aproveitando-se de sua situação geográfica e da ligação ferroviária com o pôrto de Santos. Através dela escoavam-se as riquezas destinadas à exportação, como por ela passava tudo quanto a importação fornecia para a província.

Compreendendo perfeitamente êste fato, escrevia Machado d’Oliveira, ainda em 1862:

“Sendo esta cidade o ponto que está em mais contacto com a serra de Paranapiacaba, na parte em que através desta corre a estrada que desemboca no litoral de Santos, concentra em si as estradas que vêm do interior da Província em todos os rumos do hemicíclo setentrional, o que aumenta a importância que lhe dá a categoria de capital” (87).

A falta de dados estatísticos, o estudo analítico das informações contidas em “Almanaques” da época pode servir para que se tenha uma idéia incompleta embora, da função econômica da cidade de São Paulo, pois essas publicações não se propunham a registrar a totalidade dos fatos concernentes à vida urbana. Limitar-nos-emos a examinar o “Almanaque da Província de São Paulo” de Assis Moura, referente ao ano de 1883 (88).

Muito numerosos, nessa época, eram as casas de *comércio atacadista* e os *depósitos* de mercadorias, destacando-se, por sua quantidade, os de produtos alimentares e bebidas, num total de 45, e os de vestuário, num total de 24. Cumpre observar que existiam, na cidade, 14 estabelecimentos destinados à venda de “artigos de importação”. No mais, merecem referência: artigos para construção, num total de 15, e um número bastante reduzido de outras especia-

(86). — Cf. Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, págs. 60-63.

(87). — Oliveira (Machado d’), *Geografia da Província de São Paulo*, pág. 80. Tip. Imparcial, de J. R. de A. Marques, São Paulo, 1862.

(88). — Moura (Francisco Inácio Xavier de Assis), *Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884*, ed. Jorge Seckler & Cia., São Paulo, 1883.

lidades (ferragens, chá e cêra, panos, farinha de trigo, couros, alfafa, máquinas de costura, sal, carvão de pedra, querosene, drogas): Evidentemente, para bem longe ficara o tempo em que êsse comércio por atacado concentrava-se ao longo das "Rua das Casinhas"...

E' a seguinte a especificação das casas de comércio atacadista e depósitos, que pode ser obtida no citado Almanaque (89): molhados — 22; artigos de importação — 14; carnes (marchantes) — 12; madeiras, roupas feitas, calçados, fazendas e armarinhos — 8, cada; vinhos — 6; ferragens e armarinho — 5; cal e telhas — 5; chá e cêra — 4; pianos, farinha de trigo, couros e alfafa — 3, cada; cerveja, cal hidráulica e máquinas de costura — 2, cada; sal, carvão de pedra, querosene e drogas — 1, cada.

No que se refere ao *comércio varejista*, os dados não são menos expressivos, pois denotam perfeitamente a vitalidade da função comercial da cidade, ao mesmo tempo que indicam quais eram, na época, as necessidades maiores da população, quando não suas preferências. Nada menos de 547 casas comerciais forneciam gêneros alimentícios e bebidas à gente paulistana; 70 são as lojas de fazendas, modas e armarinhos, que figuram no citado Almanaque; 13 as que vendiam ou alugavam móveis. Simbolizando bem o vulto das transações comerciais, existiam pelo menos 25 casas comissárias. As casas de loterias proliferavam: 18. Numerosas também eram as charutarias: 15. As casas comerciais restantes distribuíam-se, em número reduzido, por uma variedade muito grande de especialidades: joalherias e ourivesarias; chapéus, louças, cristais e porcelanas; aparelhos de ótica; papéis pintados, livrarias, instrumentos de música, artigos para viagem, armas e munições, artigos de desenho e engenharia, etc., etc. — tudo, enfim, que uma cidade, digna dêste nome podia apresentar em seu comércio varejista.

Especificadamente, eis o número de casas de comércio varejista mencionado no Almanaque de Assis Moura (90): gêneros do país e molhados — 456; fazendas, modas e armarinho — 49; cafés, botequins, hospedarias e restaurantes — 41; açougues — 44; casas comissárias — 25; casas de loterias — 18; charutarias — 15; ferragens e armarinho — 13; joalherias e ourivesarias — 9; móveis e colchoarias — 9; chapelarias — 8; frutas e molhados finos — 6; louças, cristais e porcelanas — 5; armarinhos — 5; aparelhos de ótica, papéis pintados e livrarias — 4, cada; instrumentos de música, armarinhos e brinquedos, artigos para viagem — 3, cada; armas e munições, móveis e aluguel, artigos de desenho, artigos de engenharia e móveis de vime — 2, cada; livros em branco e selos usados — 1, cada.

(89). — Moura (Francisco I. Xavier de Assis), obra cit., págs. 307-327.

(90). — Moura (F. I. Xavier de Assis), obra cit., págs. 307-327.

Comparem-se êsses dados, exatos e significativos, com os que figuram no recenseamento do marechal Daniel Pedro Müller, recolhidos menos de meio século antes: sente-se, com facilidade, que São Paulo deixara de ser, definitivamente, o burgo tranqüilo de aspecto colonial, para se transformar num centro comercial cheio de vida, onde o dinheiro começava a correr em abundância e uma parcela da população dava-se a requintes e a certos luxos até então desconhecidos”. “Sólidas eram então as fortunas, baseadas em bens territoriais” — atesta Dona Maria Paes de Barros, com perfeito conhecimento do assunto; e, por ser ainda incipiente a indústria paulistana, vinham “da Europa quase tôdas as mercadorias necessárias” (91).

Por essa mesma época, como é de esperar-se, já bem se definiu a *função bancária*, reflexo de tôda essa prosperidade econômica. A cidade não mais se contentava com o único banco, fundado de pouco por ocasião da primeira visita de Saint-Hilaire (92). No Almanaque, que vimos analisando, figuram nada menos de sete estabelecimentos bancários.

Eram os seguintes êsses estabelecimentos de crédito: a filial do *Banco do Brasil*, com o capital de 800 contos de réis; o *Banco de Crédito Real de São Paulo*, com o capital de 5.000 contos; a agência do *Banco Mercantil de Santos*; a agência de *The New London & Brazilian Bank Ltd.*; a agência do *Banco do Minho*; a agência do *Banco Lombardo de Milano*; e a casa bancária de *Theodoro Reichert* (93).

Cumprе acrescentar, finalmente, que constam do referido Almanaque 4 agências de *companhias de seguro* (de vida e contra o fogo), das quais duas norte-americanas, uma nacional e uma alemã (94).

Foi somente na última década do século XIX que se delineou, de maneira nítida, a *função industrial* da capital paulista: ao passo que, em 1889, a cidade não tinha mais do que 32 fábricas, ao iniciar-se o século atual êsse número elevava-se para uma centena (95). Escrevendo por essa mesma época, informa Reclus:

“A indústria paulista compreende já tôdas as manufaturas e fábricas que produzem os objetos de consumo e de uso ordinário” (96).

(91). — Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, pág. 113.

(92). — Saint-Hilaire (Auguste), *obra cit.*, pág. 180.

(93). — Moura (F. I. Xavier de Assis), *obra cit.*, págs. 244-246.

(94). — Moura (F. I. Xavier de Assis), *obra cit.*, págs. 254-255.

(95). — Petrone (Pasquale), *obra cit.*, pág. 29.

(96). — Reclus (Elisée), *Estados Unidos do Brasil*, pág. 327; tradução brasileira de Ramiz Galvão, Ed. H. Garnier, Rio-Paris, 1900.

Precioso para esta nossa tentativa de geografia urbana retrospectiva, para usarmos a expressão de Roger Dion (97), também é o Almanaque organizado por Assis Moura. Da análise da extensa relação, que ali se encontra, observa-se, desde logo, o predomínio da *pequena indústria*, representada por pequenas fábricas e simples oficinas e “ateliers”. As mais numerosas correspondem às referentes ao vestuário e ao mobiliário: 67 fábricas de calçados, 47 alfaiatarias, 32 marcenarias, 20 “ateliers” de costuras e modas. Também importantes eram os estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas: 39 padarias, 12 refinarias de açúcar, 11 cervejarias e (símbolo da influência, apenas iniciada, da imigração italiana) 6 fábricas de macarrão. Quanto ao mais, merecem uma referência os estabelecimentos produtores de materiais de construção (entre os quais, 37 olarias), as fundições e oficinas mecânicas (25 ferreiros, serralheiros e mecânicos; 17 funileiros) e inúmeros outros, representados por cifras menores (entre os quais queremos destacar: 6 fábricas de carroças, 3 fábricas de carruagens, 6 ferradores). A indústria hoteleira encontra-se ali representada por 19 hotéis.

Especificadamente e agrupadas por especialidades, assim se distribuíam as fábricas e oficinas, de acôrdo com o mencionado Almanaque (98):

a) *Vestuário e mobiliário*: calçados — 67; alfaiatarias — 47; marcenarias — 32; costuras e modas — 20; chapéus de sol — 6; tinturarias — 5; camisarias, concôrto de chapéus e colchoarias — 4, cada; chapéus — 3; estofadores e douradores, meias e tamanqueiros — 2, cada; botineiro, chapéus para senhora, chitas, colêtes para senhoras — 1, cada.

b) *Alimentação e bebidas*: padarias — 38; refinação de açúcar — 12; cerveja — 11; vinhos — 6; macarrão — 6; confeitarias — 5; torrefações de café — 5; licores — 3; salsichas — 3; águas gasosas — 2; vinagre — 2; doces nacionais — 1; gelo — 1.

c) *Materiais de construção*: olarias — 37; carpintarias — 6; aparelhos de água, gás e esgotos — 4; serrarias e carpintarias — 4; vidraceiros — 4; douradores e pintores — 3; pedra artificial — 2; pedras e cantaria — 2.

d) *Fundições e oficinas mecânicas*: ferreiros, serralheiros e mecânicos — 25; funileiros — 17; caldeireiros — 3; fundições — 3; oficinas mecânicas — 2; cutileiro — 1.

e) *Diversos*: hotéis — 19; tipografias — 15; relojoarias — 15; ourives e joalheiros — 11; cocheiras — 6; fábricas de car-

(97). — Dion (Roger), *La Géographie Humaine Rétrospective*, em “Cahiers. Internationaux de Sociologie”, vol. VI, Paris, 1949.

(98). — Moura (F. I. Xavier de Assis), obra *cit.*, págs. 328-344.

roças — 6; ferradores — 6; correeiros — 5; fogueteiros — 5; afinadores de pianos — 4; cortumes — 4; fotografias — 4; tanoarias, livros em branco, horticultura, encadernadores, fábricas de carruagens, fábricas de bilhares — 3, cada; abridores, casas de banho, gravadores, marmoristas, litografias — 2, cada; sabão e velas, pianos, pautação de papel, moinho a vapor, louças, gaioleiro, artefatos de fumo, livros em branco, correias para máquinas, cola, amolador de tesouras e navalhas, armador para festividades — 1, cada.

Durante sua estadia em São Paulo, Von Koseritz teve oportunidade de visitar algumas fábricas, particularmente de alemães: refere-se êle às fábricas de fição de algodão do major Diogo Antônio de Barros (considerado o iniciador da indústria têxtil na capital paulista, pois seu estabelecimento foi fundado em 1872) e de Kowarick, à oficina tipográfica de Jorge Seckler, à fábrica de carros de Messenberg e à fábrica de chapéus de João Adolfo Schritzmeyer (99).

Sem dúvida alguma, ficaria incompleta esta nossa tentativa de estudo funcional da cidade de São Paulo, no derradeiro quartel do século XIX, se não acrescentássemos alguns dados concernentes às chamadas *profissões liberais*, porque, também elas, servem para que possamos avaliar a importância da cidade, na época em que a estamos focalizando; e, ainda uma vez, a obra de Assis Moura vai nos ser útil. Antes de mais nada, sente-se a influência da Academia de Direito, a par da importância da vida forense: nada menos de 69 advogados aparecem citados no referido Almanaque. Também numerosos eram os guarda-livros, num total de 45, o que parece simbolizar a intensidade e o vulto das atividades mercantis. Denotando, sem dúvida, o aumento das construções urbanas e as reformas em prédios já existentes, encontramos 33 empreiteiros de obras, 10 engenheiros e 4 mestres "arquitetos". Os médicos e cirurgiões são também numerosos: 32, quase iguaçados em número aos barbeiros e cabeleiros — 29. Vinham, depois, os professores de música, os farmacêuticos, os solicitadores, etc.

Eis, especificamente, o número de profissionais registrados no citado Almanaque (100): advogados — 69; guarda-livros — 45; empreiteiros de obras — 33; médicos e cirurgiões — 32; barbeiros e cabeleiros — 29; professores de música — 19; farmacêuticos — 12; solicitadores — 11; engenheiros — 10; pintores e decoradores — 9; escritórios comerciais — 8; dentistas — 8; professores particulares — 5; retratistas a óleo — 4; mestres de obras

(99). — Koseritz (Carl von), obra cit., pág. 256 e 267.
(100). — Moura (F. I. Xavier de Assis), obra cit., págs. 138-140 e 348-352.

— 4; leiloeiros, agrimensores, calistas e parteiros — 3, cada; tradutores e intérpretes, veterinários e escultores — 2, cada; cobrador — 1.

Essa “capital dos fazendeiros”, essa “metrópole do café” chegou ao fim do século XIX com uma população de quase 240 mil habitantes, passando a ocupar o segundo posto entre as maiores cidades brasileiras. E tudo isso se verificou somente nos derradeiros 30 anos daquele século.

Três recenseamentos nacionais e um provincial fornecem-nos elementos para acompanhar o crescimento demográfico da cidade, nesse período. Eis as cifras referentes ao município:

1872	31.000
1886	47.696
1890	64.934
1900	239.934

Alguns dos viajantes, que visitaram São Paulo nessa época, apresentam cifras referentes à sua população de valor, certamente, relativo: Von Tschudi deu 22.744 para o núcleo urbano e suas freguesias afastadas, calculando para aquêles um total de 14 a 15.000 habitantes (102); Zaluar, ao contrário, diz ser de 46.000 (103); Frederico Houssay confirma esta cifra (104) — e os três a visitaram no mesmo período, entre 1860 e 1862. Ora, como o recenseamento de 1872 acusou a presença de cerca de 31.000 habitantes, tudo parece indicar ser exata a primeira das cifras citadas e inexata a mencionada por Zaluar e Houssay.

Para a última vintena do século, encontramos também alguns dados a esse propósito: Von Koseritz — 35.000 (105); Alfonso Lomonaco — 50.000 (106); Alfredo Marc — 60 a 65.000 (107); e Max Leclerc — 60.000, talvez mais (108) — cifras, sem dúvida, aceitáveis.

Em vinte anos, duplicou a população paulistana, exatamente no período em que se transformou na “metrópole do café” (1870-1890). Mas o salto admirável se registrou na última década do século, quando a população quadruplicou, refletindo muito bem o enorme afluxo dos elementos imigrantes, particularmente italianos.

(102). — Tschudi (J. J. von), obra cit., pág. 208.

(103). — Zaluár (Augusto E.), obra cit., pág. 137.

(104). — Cf. Taunay, (Afonso d'E.), *Velho São Paulo*, vol. II, pág. 25, Ed. Melhoramentos, São Paulo.

(105). — Koseritz (Carl von), obra cit., pág. 254.

(106). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), obra cit., vol. II, pág. 32.

(107). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), obra cit., vol. II, pág. 33.

(108). — Leclerc (Max), *Cartas do Brasil*, pág. 62, tradução brasileira de Sérgio Mallet, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942.

Já em 1882, Junius (pseudônimo atribuído ao Dr. Paula Ramos Júnior) calculava em 6.000 os italianos moradores na cidade, alguns dos quais ocupavam posição de destaque na vida urbana (109). Escrevendo ao iniciar-se a última década do oitocentismo, observou Reclus que São Paulo, crescendo de modo quase vertiginoso,

“não teve tempo de acomodar-se ao seu futuro destino e a sua população ainda se não pôde fundir em uma sociedade urbana consciente de sua vida comum”;

e acrescentou:

“Quase metade dos habitantes de São Paulo são italianos, que ainda se sentem estrangeiros neste meio do Novo Mundo” (110).

Alfredo Moreira Pinto, ao retornar após muitos anos, surpreendeu-se ao entrar em contacto com uma *cidade de italianos*... (111).

Como é natural, em virtude de tôdas essas circunstâncias, a população da capital paulista apresentou fortes mutações em suas características, no decorrer da segunda metade do século XIX. Nas duas primeiras décadas, ainda guardava muito das tradições e dos costumes cimentados desde os tempos coloniais; ao passo que, nas décadas seguintes, como que foi sacudida de seu tradicional torpor, passou a compreender melhor o destino que lhe fôra reservado a ter consciência de seu papel na vida nacional.

Zaluar observou que o paulistano era desconfiado ao primeiro contacto com estranhos e, às vêzes, pouco sociável; mas, no trato familiar, muito pelo contrário, era ameno e franco, primando por um excesso de requintada amabilidade — o que lhe dava um certo cunho de originalidade, que o distinguia dos demais habitantes do Império, a par da maneira descansada no falar e no sotaque que lhe era peculiar (112).

Por essa mesma época (e até muito mais tarde, também), nas famílias abastadas, era costume mandar os filhos estudar na Europa, quase sempre na França.

“Grandes e pequenos, todos no sobrado falavam francês. Talvez eram nessa língua os livros didáticos, bem como os volumes das duas estantes que se viam na espaçosa sala de estudo” (113).

(109). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, vol. II, págs. 30-31.

(110). — Reclus (Elisée), *obra cit.*, pág. 327.

(111). — Pinto (Alfredo Moreira), *A Cidade de São Paulo em 1900*, Imprensa Nacional, Rio, 1900.

(112). — Zaluar (Augusto E.), *obra cit.*, págs. 138-139.

(113). — Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, págs. 17 e 18.

Ao contrário do que hoje costuma acontecer,

“a vida doméstica decorria suave e igual”, “sendo, por isso mais intensa portas a dentro do que fora” (114).

As senhoras trajavam-se com simplicidade, cortando e costurando no lar seus vestidos de chita e só mandando confeccionar por costureiras os vestidos de passeio, em geral de cassa. Em casa, os homens usavam invariavelmente ternos de brim; na rua, calça branca, sobrecasaca preta e chapéu alto. Mesmo nos lares ricos, o mobiliário da sala de visitas era bastante sóbrio: um grande sofá de jacarandá, algumas cadeiras enfileiradas, dois pequenos consolos, onde eram colocadas figurinhas chinesas e flores artificiais. Almoçava-se às nove horas, jantava-se às duas da tarde e tomava-se o chá às oito da noite. O jantar era a principal refeição, farta e variada: sopa, cozido, assados, legumes, doces sortidos. Os empregados, geralmente escravos, eram numerosos: 10 ou 12, sem falar nas mucamas, engomadeiras, lavadeiras. Poucas pessoas possuíam seges, sendo raríssimas as “cadeirinhas”. Depois da construção da via-férrea, era comum viajar até Santos ou São Vicente, para uma temporada de banhos de mar. — Eis, resumidamente e em seus traços essenciais, as características e a vida de uma família abastada, proprietária de fazendas no interior, na Paulicéia da década de 1860-1870, conforme o testemunho de quem muito bem a conheceu (115).

Entretanto, o paulistano da última década do século XIX, tal como viu e sentiu Max Leclerc, era geralmente “um homem grande e forte, de largos ombros e traços enérgicos”, que adotara o chapéu de feltro de abas largas e usava-o altivamente; tinha uma compreensão muito nítida de seus interesses, era acusado de egoísmo e caracterizava-se por ser prático em tudo, qualidade esta que muito o lisonjeava quando se lhe atribuía; era empreendedor e prudente, a um tempo; acolhia o progresso só após verificar os bons resultados da experiência, confiando mais nos começos modestos; enfim, sob múltiplos aspectos, dava excelentes exemplos aos brasileiros de outras regiões (116).

Dois testemunhos totalmente diversos, simbolizando duas mentalidades e duas épocas diferentes, embora apenas vinte anos mediassem entre os fatos apontados.

A EXPANSÃO URBANA E OS NOVOS BAIRROS.

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo ocupava uma área sensivelmente semelhante à dos tem-

(114). — Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, pág. 47.

(115). — Cf. Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, págs. 13, 23, 24, 31, 47, 53 e 55.

(116). — Leclerc (Max), *obra cit.*, págs. 62-65.

pos coloniais. Consulte-se a pequena “Geografia da Província de São Paulo” de Machado d’Oliveira, publicada em 1869 (117), ou a delimitação que figura na obra de Azevedo Marques, terminada na década seguinte: a colina histórica, que se alteia entre o Tamanduaté e o Anhangabaú, continuava a ser praticamente a verdadeira cidade.

“O que é propriamente a cidade — diz Azevedo Marques — compreende as freguesias da Sé, Santa Ifigênia, Bom Jesus do Brás e N. Senhora da Consolação” (118). Era hábito “fazer longos passeios de carro pelos subúrbios. Iam ao Brás, à Glória e, principalmente, à Ponte Grande”, seguindo “por estradas poeirentas, por campos desertos e incultos, divisando aqui e ali uma pobre choça, vendo passar um caipira com seu burrico carregado dos minguaodos produtos da roça que o homem ia tentar vender na cidade” (119).

A ampliação dessa reduzida área urbana se processou através do retalhamento das chácaras próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo.

E’ difícil saber-se com exatidão quando a cidade transpôs o Anhangabaú. A planta de Rufino José Felizardo e Costa, de 1810, já assinala um pequeno núcleo à margem esquerda daquele córrego, na direção do atual bairro de Santa Ifigênia e, também, no rumo da atual Praça da República. Tendo, em 1836, cêrca de 3.000 moradores, aparecia êsse distrito com 4.459 habitantes, de acôrdo com o censo de 1872, o que correspondia a quase um terço da população dos outros dois distritos — a Sé e o Brás. Na década de 1870-1880, a Chácara do Chá já se achava arruada até às proximidades do atual Largo do Arouche; é isto, pelo menos, que se depreende da planta elaborada por Jules Martin, de 1877, na qual também aparece tôda a Santa Ifigênia de nossos dias, com suas ruas assinaladas com nomes que perduraram até hoje, salvo poucas exceções. Esta era a *cidade nova*, a que se referem alguns viajantes da época.

De maneira bastante feliz, Cáo Prado Júnior, esboçou as diretrizes geográficas da expansão da cidade:

“As linhas pelas quais se fêz esta irradiação, que acompanhou, como era natural, as antigas estradas, fixaram o traçado das grandes artérias de hoje. Desceu para o Tietê, seguindo as elevações que ficam no ângulo formado pelas várzeas dêste rio e do Tamanduaté e riscando o traçado atual das ruas Brigadeiro Tobias e

(117). — Oliveira (Machado d’) obra cit., págs. 79-80.

(118). — Marques (Manuel Eufrásio de), *Apontamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas e Noticiosas da Província de São Paulo*, tomo II, pág. 242, vol. I da Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins, São Paulo, 1952.

(119). — Barros (Maria Paes de), obra cit., pág. 27.

Florêncio de Abreu. Para o Tamandateí, atravessando-o e seguindo além, sempre para Leste, foi margeando a estrada que levava às cidades e povoações do vale do Paraíba. Em sentido oposto, a expansão da cidade encontra os obstáculos da topografia acidentada do maciço. Envereda pelos espigões, acompanhando as estradas que procuram os altos, porque aí encontram um terreno melhor e porque, para irem além, têm de galgar o espigão mestre do maciço que fecha a cidade para o Sul. Três são estas estradas principais: a primeira toma o divisor entre o Tamandateí e o Anhangabaú, e é hoje representada pela rua da Liberdade, que continua pela rua Vergeiro até à estrada do mesmo nome. A outra, começando no fundo do vale do Anhangabaú, no ponto em que este recebe seu afluente Saracura, procura o divisor destes riachos, e é nos dias que correm a rua Santo Amaro, prolongada pela avenida Brigadeiro Luis Antônio (cujo setor mais próximo do centro é de origem muito mais recente). Finalmente, a última destas estradas que seguem para o Sul é a que demanda as aldeias e povoações que se formaram nas margens dos rios Pinheiros e seus afluentes, bem como a Oeste da Capitania; esta estrada, principiando no mesmo ponto que a anterior, alcança, por uma ladeira íngreme, o alto do espigão que separa o Anhangabaú do Pacaembú, seguindo por êle. Este caminho é hoje reproduzido pela rua da Consolação. Ficou assim delineada a cidade e balizado o seu crescimento. Este foi, inicialmente de preferência e quase exclusivamente, no interior do maciço principal da cidade. As planícies que o cercam, salvo ao longo das estradas que as atravessam para Leste e para Norte, ficaram desertas; terreno ingrato, varzeoso, pouco saudável, ninguém o queria. É um fator recente que lhes deu vida e impulsionou para elas o crescimento da cidade. São as estradas de ferro. Estas não acompanham as antigas vias de comunicação, situadas em regra nos altos; instalam-se naquelas baixadas, onde encontram um terreno mais igual e fácil, cosendo-se embora, para ficarem próximas, às rampas que limitam o maciço onde estava concentrada a cidade" (120).

Dentro desse esquema de irradiação do povoamento, podemos enquadrar a expansão urbana, realizada principalmente a partir de 1880, através do loteamento de chácaras e sítios das redondezas da cidade (121).

Eram numerosas essas *chácaras*, que o mapa elaborado por Afonso A. de Freitas (122) registra com detalhes: para o Norte, as

(120). — Prado Júnior (Caio), *Nova contribuição para o estudo geográfico da Cidade de São Paulo*, págs. 208-209, em "Estudos Brasileiros", ano III, vol. 7, n.º 19-20-21, Rio, 1941.

(121). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. III, pág. 1.025.

(122). — Freitas (Afonso A. de), *Plan'História da Cidade de São Paulo (1800-1874)*, São Paulo, 1914.

chácaras do Bom Retiro, de Miguel Carlos e do Campo Redondo; para Oeste, a do Marechal Arouche, do Senador Queiroz, de Martinho Prado e a do Bexiga; para o Sul, a do Barão da Limeira, de Dona Ana Machado, do Fagundes, do Cônego Fidelis, da Glória, do Menezes e a do Lavapés; para Leste, a do Ferrão e da Figueira.

Para além dos limites dessas chácaras, existiam alguns *sítios* mais extensos: o Tapanhoim, o Caaguaçú, a Casa Verde, o Ipiranga, a Freguesia do Ó; e, mais distante ainda, a Freguesia da Penha, que contava com mais de 1.000 moradores, em 1836.

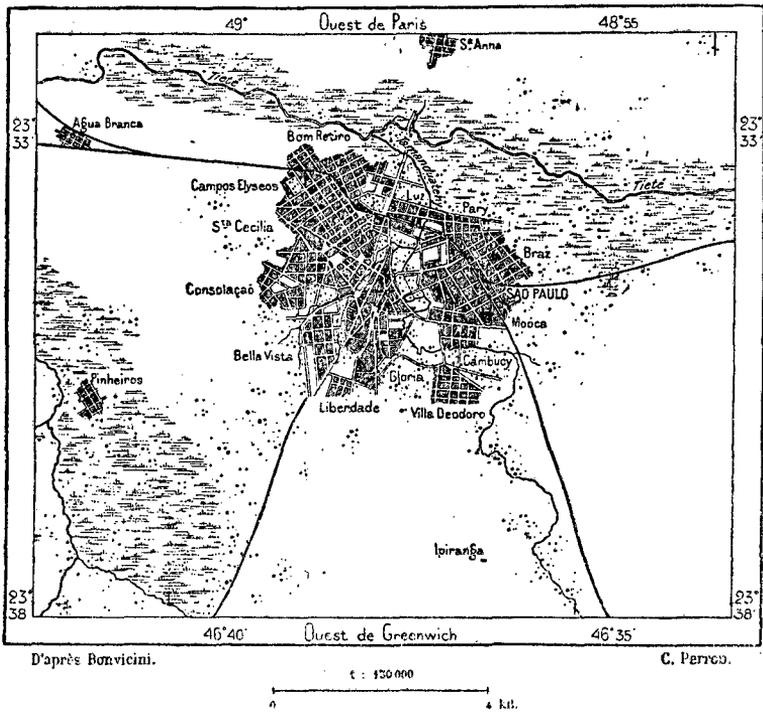
Assim, de forma irregular e não planejada, foi aos poucos crescendo a área da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que novos bairros integravam-se na vida urbana.

Os exemplos são numerosos. A Chácara das Palmeiras, que ainda em 1872 tinha casa-grande, senzalas, armazens, cocheiras, plantações de chá e grandes capinzais, veio a transformar-se no bairro de *Santa Cecília*, onde logo se abriram, entre outras, as atuais ruas Martim Francisco, Imaculada Conceição, Barão de Tatuí, São Vicente de Paula, Alameda Barros e boa parte da Avenida Angélica, cuja denominação recorda exatamente a antiga proprietária da chácara — Dona Angélica de Souza Queiroz Barros. A antiga Chácara do Campo Redondo passou a ser o bairro dos *Campos Elísios*. A Chácara do Marechal Arouche, que se estendia da rua Alegre (atual rua Sebastião Pereira) até o beco do Mata Fome (atual rua Araújo) e que pertenceu posteriormente a Rêgo Freitas, foi loteada a partir de 1894, passando a substituí-la a atual *Vila Buarque*. A Chácara de Luís Antônio de Souza Barros foi loteada também, nela se abrindo a antiga Rua de São João, o Largo do Paisandú, a rua do Seminário e a Praça do Correio. A Chácara do Brigadeiro Tobias corresponde ao trecho onde hoje se encontram o Largo de Santa Ifigênia, a avenida Casper Líbero e a rua Brigadeiro Tobias. A antiga Chácara do Carvalho, que pertencera ao Barão de Iguape e que chegava até à várzea do Tietê, contribuiu para a formação de parte dos bairros da *Barra Funda* e do *Bom Retiro*. A Chácara do conselheiro Antônio Prado veio a transformar-se nas atuais praça Marechal Deodoro, alameda Eduardo Prado e ruas Brigadeiro Galvão, Barra Funda e Vitorino Carmilo. Na antiga Chácara de Dona Ana Machado, abriram-se as ruas Sinimbu, Santa Luzia, Tomás de Lima e Conselheiro Furtado. Das Chácaras do Fagundes e do Cônego Fidelis resultou o atual bairro da *Liberdade*. Na antiga Chácara do Barão de Limeira, abriu-se a *avenida Brigadeiro Luís Antônio*, a fim de encurtar o caminho para Santo Amaro. Os campos do Bexiga transformaram-se no bairro da *Bela Vista*, ainda hoje conhecida por aquêlê nome, na linguagem do povo. Não tardou, por tudo isso, que os novos arruamentos atingissem o Espigão Central da cidade, onde, em fins do sé-

culo, abriu-se a *Avenida Paulista*, em terrenos que constituíam, outrora, as Chácaras Paim e Pamplona e o Sítio do Caaguaçu.

Dentro dessa linha de evolução, São Paulo desenvolveu-se com uma rapidez extraordinária, que as demais cidades do país, salvo o Rio de Janeiro, não conheceram, naquele fim do século; e nada havia de fictício nessa febre de crescimento, conforme bem observou Leclerc (123).

Enquanto conservou-se enclausurada na colina histórica, São Paulo não conhecia as diferenças funcionais de um ponto a outro da cidade, a não ser as chácaras periféricas. As residências dos homens abastados e da classe média localizavam-se no próprio triân-



São Paulo em 1890 (segundo Reclus, *Nouvelle Géographie Universelle*, 1894).

gulo, de mistura com as casas de comércio e as pequenas oficinas. Sobretudo a partir da década de 1880-1890, porém, iniciou-se a diversificação de funções e o aparecimento, ao lado do velho centro, de bairros operários e de bairros residenciais finos (124).

(123). — Leclerc (Max), *obra cit.*, pág. 65.

(124). — Cf. Prado Júnior (Caio), *obra cit.*, pág. 210.

Os primeiros *bairros operários* localizaram-se nas terras baixas vizinhas ao Tamanduateí, ao pé da colina central, instalando-se próximo às estações ferroviárias e ao longo das vias-férreas (a “Inglêsa”; a “São Paulo-Rio de Janeiro”, hoje Central do Brasil, em ligação com Mogí das Cruzes desde 1875 e que havia atingido Cachoeira Paulista, no vale do Paraíba, em 1877; e a “Sorocabana”). Foi assim que, a pouco e pouco, desenvolveram-se os bairros do Brás, da Luz e do Bom Retiro.

Ao tempo do censo do marechal Müller, o Brás era um modesto apiomerado de umas 700 almas, que se congregavam em tórno da capela do Senhor Bom Jesús, no caminho para o Rio de Janeiro. Zaluar encontrou nele apenas “elegantes casas de campo e deliciosas chácaras”, ao lado de alguns casebres e ranchos de tropeiros (125). Na “Plan’História” de Afonso de Freitas, ali figuram a Chácara do Ferrão e um pouso de tropeiros. Em 1872, contava já com 2.300 moradores. Todavia, a partir da década de 1880-1890, quando os trilhos da “São Paulo-Rio” haviam chegado ao vale do Paraíba, o seu crescimento passa a ser constante. Lotearam-se as Chácaras do Ferrão e da Figueira, pavimentaram-se suas ruas, até lá chegou o benefício da iluminação pública. No começo dessa década, Von Koseritz ficou desapontado com o que ali viu: as chácaras de um alemão e de um francês (êste último fornecedor de flores para a cidade) e uma cervejaria, em tórno da qual costumavam-se reunir os alemães aos domingos (126). Mas o censo provincial de 1886 já lhe deu 6.000 habitantes, havendo quase triplicado sua população em apenas 14 anos. Para lá começaram a afluir os italianos recém-chegados, como também para o Bom Retiro, e ali se instalaram muitas fábricas, atraídas pelo baixo preço dos terrenos e pela facilidade da mão-de-obra. Por isso mesmo, o Brás chegou a ser o mais populoso distrito da capital paulista.

Já nos primeiros *bairros residenciais finos* instalaram-se nos topos aplainados das colinas situadas para além do Anhangabaú, no rumo geral de Oeste, onde foram abertas ruas largas e construíram-se elegantes palacetes, sobretudo nos Campos Elísios, durante muitos anos o local preferido para residência da nova aristocracia do café.

Foi sòmente na década de 1880-1890 que se completou o arreamento dos *Campos Elísios*; visitando-o em 1883, Von Koseritz não compreendeu porque deram um tão bonito nome “a um campo sem importância”, como aquêle... (127). Esqueceu-se êle, certamente, da poderosa influência exercida pela França e, em particular, pela cidade de Paris na mentalidade e nos costumes da gente

(125). — Zaluar (Augusto E.), obra cit., pág. 136.

(126). — Koseritz (Carl von), obra cit., pág. 261.

(127). — Koseritz (Carl von), obra cit., pág. 261.

paulistana, na época; e não soube prever o futuro desenvolvimento desse bairro. Logo ali se instalaram ricos fazendeiros de café, fazendo construir belíssimos e até luxuosos palacetes, no meio de grandes jardins, alguns dos quais ainda hoje lá se encontram, testemunhando, na tristeza de seu semi-abandono, dias de riqueza e de glória, de um passado de apenas 80 anos. Somente nos primeiros anos do século atual foi que esse bairro perdeu sua privilegiada posição, deixando de ser o mais elegante trecho da cidade.

Com efeito, substituiu-o nessa posição o bairro de *Higienópolis*, instalado em continuação à Vila Buarque e à Santa Cecília, sem demora caracterizado por suas luxuosas “mansões” de tipo francês ou inglês, centro da aristocracia paulistana até 1925, pelo menos.

Em ritmo menos acelerado e com mais modestas pretensões, outros bairros residenciais também apareceram, nesse fim de século, seguindo quase sempre as vias de comunicação que punham São Paulo em contacto com o litoral ou o interior. Na direção de Pinheiros, rumo a São Roque e Sorocaba, surgiu o bairro da Consolação (cujá semente pequenina já D'Alincourt assinalara) e foi entrosar-se na Avenida Paulista. No rumo do Sul, na direção de Santo Amaro, surgiram os bairros da Liberdade e de Vila Mariana, esta última sobre o espigão divisor da bacia Tietê-Pinheiros. No caminho do Ipiranga, em direção ao litoral santista, apareceram o Cambuci e a Vila Deodoro.

“Em alguns pontos, a zona urbana avançou num raio de 2,5 km. em relação ao centro, o que é espantoso se lembrarmos que permanecera 300 anos enclausurada num modesto âmbito que não tinha mais de um quilômetro de raio. Sant'Ana, Perdizes, Pinheiros, Ipiranga, Penha — constituíam arabaldes afastados, os verdadeiros subúrbios da capital paulista, nessa última década do século passado” (128).

A FISIONOMIA DA CIDADE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Nos primeiros vinte anos da segunda metade do oitocentismo, a cidade de São Paulo conservava aquêlê aspecto provinciano e tristonho, que de longa data a vinha caracterizando; apenas os estudantes de Direito conseguiam sacudí-la dessa seriedade e dessa tristeza. A fisionomia urbana não se alterara.

“A cidade conservava hábitos um tanto feudais e aparência medieval. Nas ruas tristes, com passeios tão estreitos que apenas davam para duas pessoas lado a lado, não se viam senão casas baixas e pequeninas, habitadas por profissionais de vários officios: sapateiros, laticeiros, caldeireiros”; e “aqui e ali, um vasto casarão,

(128). — Azevedo (Aroldo de), *Subúrbios Orientais de São Paulo*, págs. 22-23, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1945.

grave e soturno, residência de família mais abastada, como suas janelas de rótulas sempre cerradas” (129).

Zaluar considerou-a monótona, taciturna e reservada (130); e tudo, nela, parecia “monacalmente velho”, conforme a observação de Avé-Lallemant, que também escreveu:

“Algumas ruas, um ou outro bairro bonitos e às vêzes até magníficos, em alguns lugares, fileiras de casas assobradadas e, além disso, bom empedramento com calçadas, mas em geral ruas estreitas e a cidade absolutamente irregular” (131).

No entanto, a partir da década de 1870-1880 registrou-se uma grande transformação nessa carrancuda Paulicéia. Foi quando teve lugar “a segunda fundação da cidade”, conforme a frase feliz de Simões de Paula.

“Só em 1870 começa a capital a progredir de modo apreciável, e esse progresso acentua-se na presidência do dr. João Teodoro Xavier (1872-1875). Instalam-se fábricas, fazem-se prédios bons, abrem-se ruas novas, melhoram-se edifícios públicos, em geral os logradouros da cidade são cuidados; criam-se novos pontos de repouso e embelezamento. Uma febre de progresso rápido, constante e seguro apodera-se dos paulistas. Eles querem que a sua capital seja uma cidade procurada por todos, nacionais e estrangeiros, que se torne um centro, um grande empório de comércio, indústria e arte” (132).

Com efeito, coube ao presidente João Teodoro — que foi, no dizer de Paulo Cursino de Moura, “o primeiro que realmente se interessou pelos problemas de urbanismo” (133) —, a iniciativa e a realização de importantes melhoramentos públicos, que acabaram por dar à cidade uma feição mais moderna e mais de acôrdo com os grandes progressos que se registravam na Província. Fêz o saneamento da várzea do Carmo (que as águas do Tamandateí inundavam anualmente) e abriu ruas novas, a fim de realizar a ligação entre os bairros nascentes.

Dêsse tempo são as atuais ruas: *João Teodoro*, que une o bairro da Luz ao Brás; *Glicério*, que contorna a colina central, no rumo do litoral; *Helvetia*, que pôs os Campos Elísios em contacto com a Luz e o Bom Retiro.

(129). — Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, pág. 12.

(130). — Zaluar (Augusto E.), *obra cit.*, pág. 137.

(131). — Avé-Lallemant (Roberto), *Viagem pelo Sul Brasil no ano de 1858*, vol. II, pág. 336, tradução brasileira de Teodoro Cabral, ed. Instituto Nacional do Livro, Rio, 1953.

(132). — Egas (Eugênio), *Os Municípios Paulistas*, vol. I, pág. 469, São Paulo 1923.

(133). — Moura (Paulo Cursino de), *São Paulo de Outrora*, pág. 236, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1932.

As ruas paulistanas foram postas em melhor alinhamento, arborizadas, calçadas, iluminadas. Von Koseritz, em 1883, sentiu perfeitamente a diferença entre o velho núcleo e a parte nova:

“Na parte antiga, as ruas são estreitas, tortuosas, ligadas em tôdas as direções e interrompidas por uma quantidade de praças pequenas e irregulares, como, por exemplo, as da Sé e Sete de Setembro, a praça Municipal, o largo do Rosário e mesmo o largo de São Bento”, ao passo que “a parte nova, que se estende para o Sul e para o Norte aquém do Inhangabai, é regularmente construída, possui quarteirões bem desenhados, ruas largas e tem aspecto moderno” (134).

Observou, ainda, que a cidade era calçada em quase tôda sua extensão, embora o paralelepípedo só fôsse utilizado nas ruas principais, sendo as outras pavimentadas com pedras irregulares. Anos mais tarde, Lomonaco constatava que, ao lado de ruas bem calçadas, outras havia cobertas de capim ou de simples terra, tornando-se impraticáveis ao tempo das chuvas (135).

Junius pôde sentir muito bem a transformação da Paulicéia, quando a visitou em 1882, após trinta anos de ausência. Sua impressão foi a mais agradável possível: as ruas semi-desertas e quase sem veículos haviam se transformado em vias servidas por linhas de bondes, ao lado dos quais movimentavam-se carros públicos e particulares; e chegou a incomodar-se com o incessante rodar de carros e carroças, durante certas horas do dia (136).

Com efeito, a partir de 1872, passou a contar a cidade com um serviço de bondes à tração animal. A primeira linha estabeleceu a ligação entre o centro e a Estação da Luz. Em 1877, inaugurou-se a linha do Brás, com ponto terminal na Estação do Norte, de onde partiam os trens para o vale do Paraíba e o Rio de Janeiro. A seguir, novas linhas foram criadas, unindo o centro à Moóca, aos Campos Elísios, à Santa Cecília, à Consolação, e à Liberdade. A dêste bairro fazia ponto final na rua São Joaquim, onde se localizava a estação da “Companhia Carris de Ferro”, cuja linha pôs a cidade em comunicação com Santo Amaro, a partir de 1883.

Outras obras de vulto — pontes, aterramentos, saneamentos, serviço de águas e esgotos, iluminação a gás e depois elétrica, o Viaduto do Crá — contribuíram para tornar São Paulo uma cidade de aspecto moderno.

Von Koseritz refere-se a três pontes de pedra, no estilo português, mais ou menos boas e que, embora sólidas, nada tinham de bonitas. Mas, sobre o Tietê, já notou a Ponte Grande, que lhe

(134). — Koseritz (Carl von), obra cit., pág. 254.

(135). → Cf. Taunay (Afonso d'E.), obra cit., pág. 255.

(136). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), obra cit., vol. II, pág. 28.

causou melhor impressão (137) e que serviu de atrativo para a instalação de clubes náuticos, ainda em fins do século passado.

Na década de 1860-1870, a cidade não dispunha de água encanada e a população abastecia-se em *fontes públicas*, como as da rua Formosa (onde, ao pé de três coqueiros, aglomeravam-se os pretos a encher seus potes e barris), e do Miguel Carlos (na atual rua Florêncio de Abreu) e a do Moringuinho (138). O engenheiro inglês William Elliot, contratado pelo governo provincial, vinha infrutiferamente estudando o problema (139).

Para a cidade, muito grande foi a influência exercida pelo *Viaduto do Chá*, construído por sobre o vale do Anhangabaú. Projetado desde 1879, somente em 1892 foi entregue ao público, com sua armação metálica e seu chão de tábuas, após prolongada demanda para a desapropriação do velho sobrado do Barão de Tatuí, que lhe barrava a entrada no lado da atual Praça do Patriarca. Após sua inauguração, prosseguiu com maior intensidade o crescimento da área urbana no rumo de Oeste, libertando-se definitivamente dos estreitos limites da colina central.

Como era de se esperar, não tardou a se fazer sentir a influência italiana na arquitetura dos prédios paulistanos, tanto em novos edifícios públicos (feitos dentro do estilo neo-clássico italiano), como nas residências particulares, notadamente nos bairros dos Campos Elísios, Higienópolis, Vila Buarque e Consolação (140).

“Entre os moradores novos da cidade contaram-se numerosos fazendeiros abastados, que puderam, com a colaboração de arquitetos e empreiteiros italianos e de outras nacionalidades — muitos radicados em São Paulo com as primeiras levas de imigrantes — edificar palacetes, vilinos e chalés, cujas linhas estabeleceram vivo contraste com as da velha casa acaçapada de tradição portuguesa” (141).

Em menos de trinta anos, nessa segunda metade do século XIX, a Paulicéia tristonha e de aspecto colonial, o “burgo de estudantes”, passou a ser “a capital dos fazendeiros”, a “metrópole do café”, “une des plus belles villes du Brésil” (142), a segunda cidade do país, o maior centro populoso de todo o vasto Planalto Brasileiro. E, por entre perspectivas tão animadoras, plenamente consciência de seu grande destino, viu a cidade de São Paulo iniciar-se o século XX.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

da Sociedade de Estudos Históricos

(137). — Koseritz (Carl von), *obra cit.*, pág. 258.

(138). — Cf. Barros (Maria Paes de), *obra cit.*, pág. 28.

(139). — Cf. Tschudi (J. J. Von), *obra cit.*, pág. 206.

(140). — Sobre o assunto, consulte-se: Debenedetti (E.) e Salmoni (A.), *Architettura Italiana a San Paolo*; ed. do Instituto Cultural Italo-Brasileiro, São Paulo, 1953.

(141). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. III, pág. 918.

(142). — Levasseur (E.), *Le Brésil*, pág. 42, ed. H. Lamiraul & Cia., Paris, 1889.